

# A dinâmica recente da renda domiciliar dos estados brasileiros

Flávio Ataliba Barreto

Christiano Modesto Penna

Thiago de Araújo Freitas

Pedro Avelino

## ECONOMIA REGIONAL

**Apesar de crises e retomada recente, ranking da renda domiciliar per capita de estados (2012-25) é estável no topo e base. Há mobilidade intermediária, sobretudo no NE, mas sem mudança estrutural relevante. PI e RGN foram os que mais ganharam posições.**

**Resumo:** O artigo analisa a dinâmica das posições relativas da renda domiciliar per capita dos estados brasileiros entre 2012 e 2025, com base na PNAD Contínua ajustada pelo IPCA. Embora o período tenha sido marcado por crises e forte recuperação recente, os resultados mostram elevada estabilidade no topo e na base do ranking. Há mobilidade intermediária, sobretudo no Nordeste, mas o crescimento não garante mudança estrutural de posição quando as distâncias iniciais são amplas e historicamente consolidadas.

## 1. Introdução

A divulgação recente do rendimento domiciliar per capita de 2025, com base na PNAD Contínua Anual ajustada pelo IPCA<sup>1</sup>, oferece uma oportunidade importante para revisar a trajetória da renda estadual ao longo da última década. Entre 2012 e 2025, o Brasil atravessou períodos

---

<sup>1</sup> Valores atualizados pelo IPCA, em razão da indisponibilidade, até o momento, do deflator da PNAD para 2025, normalmente divulgado com os microdados.

distintos, desaceleração econômica, recessão, recuperação gradual, choque da pandemia e retomada mais robusta a partir de 2022, que afetaram de forma heterogênea as economias regionais.

Diante desse contexto, este artigo se propõe a examinar a evolução desse rendimento nas Unidades da Federação não apenas em termos de crescimento absoluto, mas sobretudo sob a ótica das posições relativas no ranking estadual. O objetivo central é identificar se, ao longo desse período marcado por choques e recomposição da renda, emergiu algum padrão consistente de mobilidade entre os estados ou se a estrutura hierárquica da renda permaneceu amplamente estável.

A análise considera dois elementos complementares. Primeiro, a trajetória dos níveis de renda ao longo do tempo, permitindo observar a intensidade das quedas e recuperações em cada estado. Segundo, as taxas médias de crescimento no período 2012–2025, que ajudam a entender quais economias estaduais apresentaram maior dinamismo relativo. A combinação dessas duas dimensões, nível e ritmo de expansão, possibilita avaliar se as mudanças observadas representam apenas oscilações conjunturais ou se indicam reordenamentos mais persistentes no mapa da renda brasileira.

Os resultados sugerem três padrões principais. Há elevada estabilidade nos extremos da distribuição, com pouca alteração nas posições mais altas e mais baixas. No segmento intermediário, observa-se maior mobilidade relativa, especialmente em estados que registraram crescimento acima da média nacional. Por fim, a recuperação pós-2022 elevou praticamente todas as unidades federativas a seus maiores níveis históricos de renda, mas sem produzir reconfiguração ampla da hierarquia estadual.

Assim, mais do que discutir convergência em sentido estrito, o artigo busca compreender como os estados reagiram a um ciclo econômico completo e se o período recente alterou, ainda que parcialmente, o padrão de posições relativas da renda no Brasil. As seções seguintes detalham as evidências empíricas que sustentam essa interpretação.

## 2. Níveis e Taxas de Crescimento da Renda Domiciliar no Brasil e Estados (2012–2025)

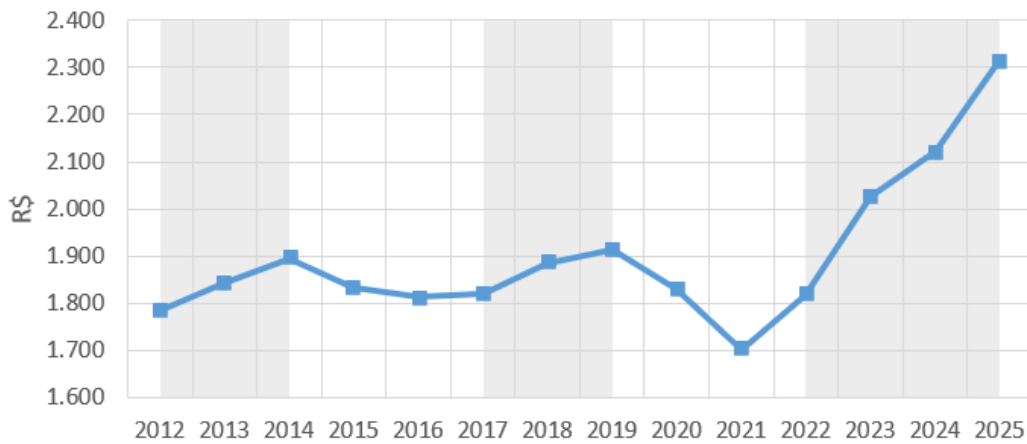
A Tabela 1 apresenta a evolução do rendimento mensal real domiciliar per capita entre 2012 e 2025 para o Brasil e as Unidades da Federação. No agregado nacional, a renda média passa de R\$ 1.783 em 2012 para R\$ 2.316 em 2025. Contudo, a trajetória ao longo do período não é linear (Gráfico 1). Observa-se crescimento entre 2012 e 2014, retração em 2015 e 2016, recuperação gradual até 2019, nova queda em 2020 e 2021 e, a partir de 2022, um movimento de expansão mais intenso, que culmina no maior valor da série em 2025. O comportamento nacional reflete, portanto, sucessivos ciclos de expansão e retração ao longo do período analisado.

Tabela 1: Rendimento mensal real domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação

Brasil e UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Brasil	1.783	1.842	1.895	1.834	1.812	1.819	1.885	1.913	1.830	1.701	1.818	2.025	2.121	2.316
Rondônia	1.395	1.408	1.383	1.372	1.346	1.400	1.557	1.515	1.505	1.273	1.517	1.669	1.807	1.991
Acre	1.214	1.216	1.210	1.248	1.140	1.107	1.261	1.196	1.205	1.109	1.178	1.177	1.322	1.392
Amazonas	1.316	1.318	1.319	1.242	1.097	1.229	1.105	1.126	1.123	1.017	1.086	1.278	1.293	1.484
Roraima	1.623	1.685	1.581	1.652	1.597	1.440	1.686	1.426	1.289	1.290	1.428	1.565	1.589	1.878
Pará	1.124	1.139	1.143	1.113	1.047	1.050	1.194	1.077	1.171	1.040	1.219	1.395	1.393	1.420
Amapá	1.241	1.382	1.352	1.377	1.309	1.316	1.188	1.178	1.161	1.060	1.333	1.635	1.585	1.697
Tocantins	1.243	1.292	1.394	1.360	1.284	1.351	1.448	1.406	1.383	1.325	1.557	1.692	1.812	2.036
Maranhão	795	823	838	852	863	870	851	860	898	803	955	1.062	1.132	1.219
Piauí	976	1.184	1.182	1.203	1.104	1.092	1.130	1.123	1.134	1.066	1.252	1.454	1.417	1.546
Ceará	1.062	1.111	1.114	1.126	1.112	1.182	1.188	1.270	1.330	1.130	1.189	1.249	1.271	1.390
Rio Grande do Norte	1.124	1.212	1.260	1.352	1.349	1.232	1.338	1.398	1.418	1.396	1.416	1.480	1.654	1.819
Paraíba	1.066	1.108	1.224	1.279	1.164	1.310	1.233	1.228	1.168	1.096	1.245	1.450	1.431	1.543
Pernambuco	1.235	1.337	1.442	1.362	1.270	1.221	1.204	1.290	1.197	1.054	1.136	1.205	1.483	1.600
Alagoas	928	943	1.043	984	992	953	989	986	1.042	951	1.057	1.208	1.383	1.422
Sergipe	1.285	1.333	1.363	1.291	1.316	1.214	1.264	1.307	1.349	1.159	1.318	1.313	1.508	1.697
Bahia	1.183	1.194	1.265	1.223	1.153	1.256	1.172	1.237	1.285	1.062	1.146	1.237	1.409	1.465
Minas Gerais	1.727	1.799	1.867	1.836	1.712	1.778	1.803	1.811	1.750	1.644	1.725	2.042	2.054	2.353
Espírito Santo	1.762	1.814	1.897	1.782	1.734	1.736	1.816	1.958	1.795	1.610	1.906	2.064	2.172	2.249
Rio de Janeiro	2.075	2.087	2.183	2.109	2.136	2.092	2.323	2.455	2.258	2.117	2.210	2.526	2.544	2.794
São Paulo	2.436	2.510	2.567	2.443	2.520	2.418	2.581	2.575	2.425	2.284	2.376	2.646	2.718	2.956
Paraná	2.083	2.142	2.190	2.056	2.076	2.113	2.201	2.176	2.007	1.924	2.066	2.242	2.560	2.762
Santa Catarina	2.179	2.231	2.253	2.258	2.164	2.298	2.289	2.350	2.172	2.120	2.245	2.438	2.672	2.809
Rio Grande do Sul	2.219	2.313	2.368	2.356	2.293	2.343	2.337	2.460	2.325	2.222	2.331	2.472	2.659	2.839
Mato Grosso do Sul	1.754	1.820	1.902	1.723	1.893	1.857	1.994	2.021	1.932	1.804	2.059	2.181	2.211	2.454
Mato Grosso	1.781	1.850	1.862	1.755	1.707	1.798	1.925	1.857	1.825	1.661	1.861	2.135	2.347	2.335
Goiás	1.760	1.875	1.862	1.775	1.696	1.825	1.820	1.759	1.677	1.597	1.820	2.162	2.162	2.407
Distrito Federal	3.633	3.684	3.601	3.652	3.422	3.542	3.421	3.519	3.235	3.117	3.212	3.524	3.440	4.538

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual ajustados pelo IPCA para o último ano.

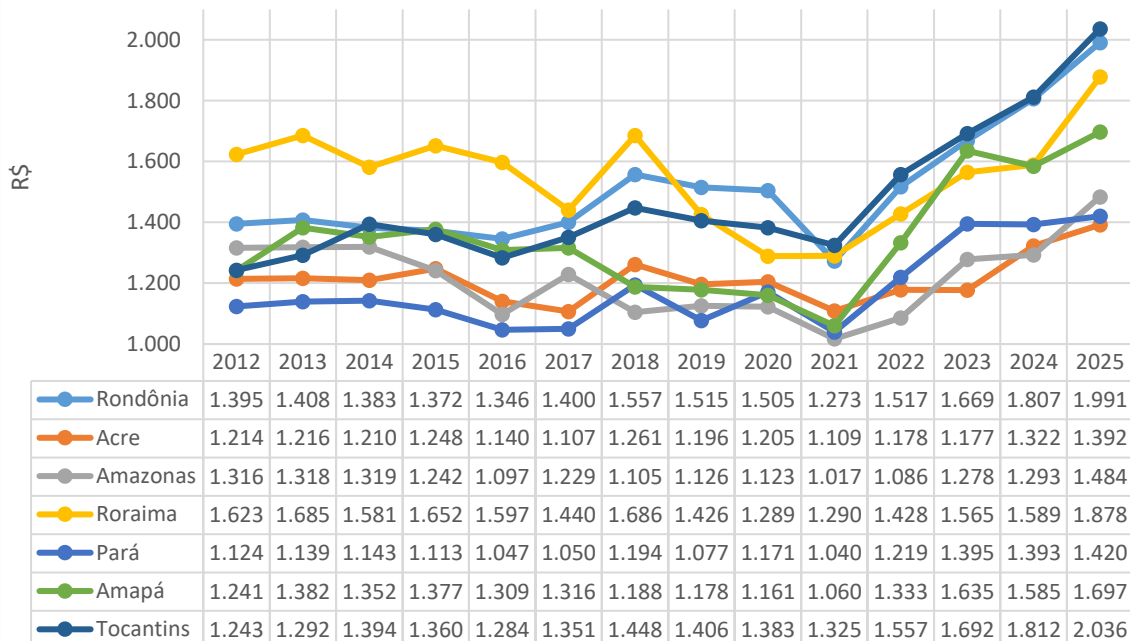
**Gráfico 1: Rendimento Mensal domiciliar percapita Brasil**



Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual ajustados pelo IPCA para o último ano. Elaboração própria.

No plano regional, as dinâmicas são heterogêneas. À luz do Gráfico 2, que detalha a trajetória anual da renda domiciliar média mensal na Região Norte, observa-se um comportamento marcado por forte sensibilidade aos ciclos econômicos nacionais, mas com ritmos distintos entre os estados.

**Gráfico 2: Renda domiciliar média mensal Região NORTE**



Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual ajustados pelo IPCA para o último ano. Elaboração própria.

O Tocantins apresenta a trajetória de crescimento mais expressiva da região, assumindo a liderança absoluta ao final do período com R\$ 2.036 em 2025, após partir de R\$ 1.243 em 2012. Logo em seguida, Rondônia demonstra uma das expansões mais consistentes, saindo de R\$ 1.395 para R\$ 1.991. Ambos os estados registraram uma recuperação robusta a partir de 2022, superando o impacto da queda observada em 2021. Por outro lado, Roraima, que iniciou a série com o maior nível regional (R\$ 1.623), encerra o período em terceiro lugar (R\$ 1.878). O estado exibiu maior volatilidade que seus pares, com um pico em 2018 (R\$ 1.686) seguido de retração significativa até 2021, retomando o fôlego apenas nos anos finais da série.

O Amazonas apresenta trajetória mais instável até 2021, com queda acentuada no biênio 2015–2016 e novo recuo em 2020–2021. A partir de 2022, contudo, observa-se recuperação contínua, elevando a renda para R\$ 1.484 em 2025. O Pará também evidencia oscilações relevantes ao longo da década, com retração entre 2015 e 2016 e recuperação gradual posterior, encerrando o período em R\$ 1.420.

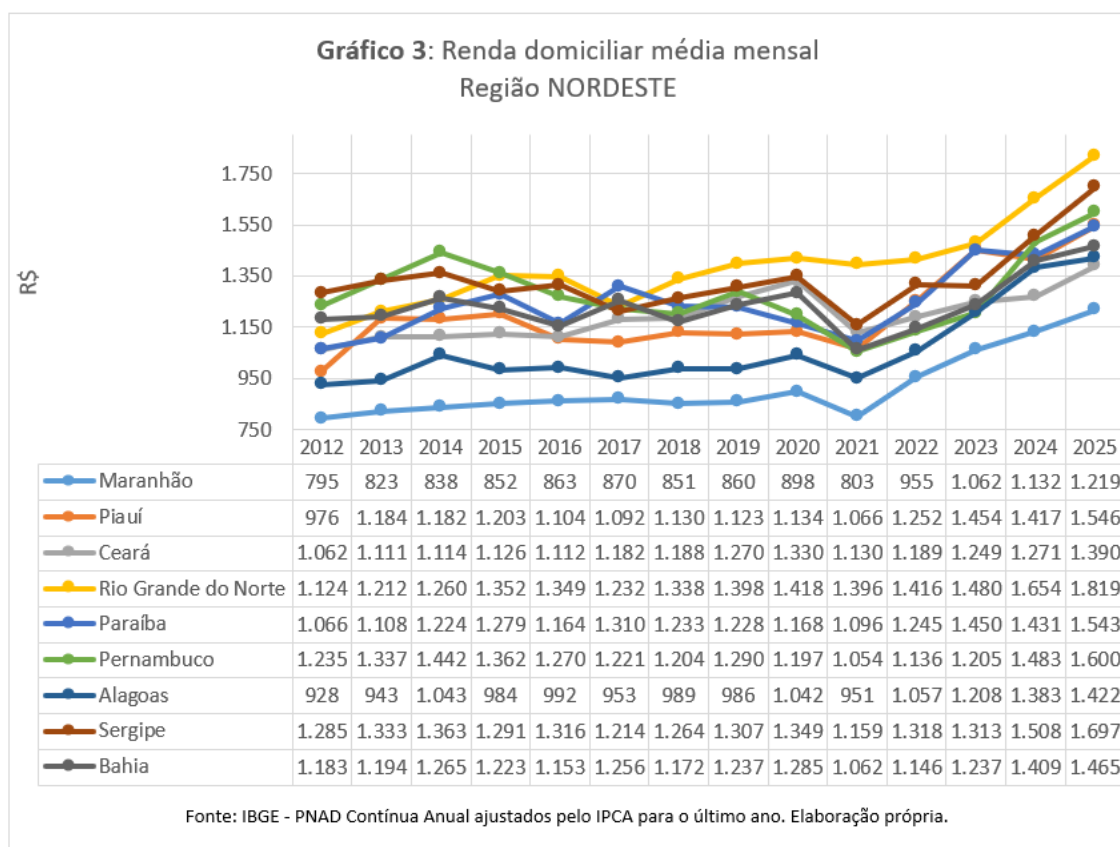
O Acre mantém nível inferior ao da maioria dos estados da região durante toda a série. Após relativa estabilidade até 2015, registra queda em 2016–2017, recuperação parcial em 2018 e nova oscilação no período da pandemia, fechando 2025 em R\$ 1.392. Já o Amapá apresenta trajetória de crescimento mais acentuada no pós-2022, saindo de R\$ 1.241 em 2012 para R\$ 1.697 em 2025, com forte aceleração nos três últimos anos da série.

De forma geral, o gráfico evidencia que todos os estados da Região Norte alcançam em 2025 níveis superiores aos observados no início da série, mas com padrões distintos de volatilidade e intensidade de recuperação. A fase pós-2022 se destaca como período de recomposição mais vigorosa, especialmente em Rondônia, Roraima e Amapá, alterando parcialmente as posições relativas internas da região.

Quanto ao Nordeste (Gráfico 3), a trajetória da renda domiciliar média mensal revela um padrão comum de oscilação nos períodos de crise e recuperação, mas com intensidades distintas entre os estados.

Entre 2012 e 2014 observa-se crescimento relativamente disseminado na região. A recessão de 2015–2016 produz retração em praticamente todos os estados, seguida de recuperação gradual até 2019. Em 2020–2021, o impacto da pandemia volta a interromper a trajetória de expansão, com quedas ou estagnação em diversas unidades. A partir de 2022, contudo, há aceleração mais intensa e generalizada, levando 2025 a registrar, para todos os estados, os maiores níveis da série.

O Maranhão parte do menor patamar regional (R\$ 795 em 2012) e alcança R\$ 1.219 em 2025, com avanço mais forte no pós-2022. O Piauí apresenta trajetória de crescimento consistente, passando de R\$ 976 para R\$ 1.546, com destaque para a recuperação acelerada após 2021. Alagoas evolui de R\$ 928 para R\$ 1.422, também com forte recomposição recente.

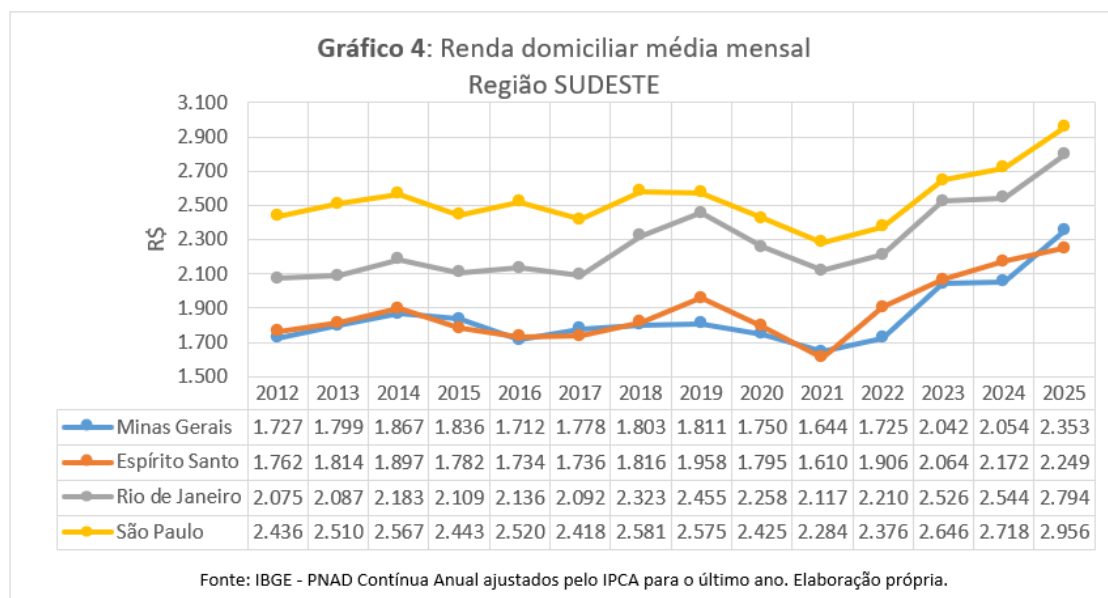


O Ceará registra expansão gradual ao longo da década, saindo de R\$ 1.062 em 2012 para R\$ 1.390 em 2025, após oscilações no período recessivo e na pandemia. Pernambuco passa de R\$ 1.235 para R\$ 1.600, enquanto a Bahia evolui de R\$ 1.183 para R\$ 1.465, ambos com recuperação expressiva a partir de 2022.

O Rio Grande do Norte apresenta uma das trajetórias mais dinâmicas da região, saindo de R\$ 1.124 para R\$ 1.819, mantendo-se como o maior rendimento nordestino ao final da série. A Paraíba avança de R\$ 1.066 para R\$ 1.543, com aceleração nos últimos anos. Sergipe parte de R\$ 1.285 e atinge R\$ 1.697 em 2025, consolidando posição entre os maiores níveis regionais

De forma geral, o gráfico evidencia três características: (i) sensibilidade comum aos choques macroeconômicos nacionais; (ii) recuperação particularmente intensa no período pós-2022; e (iii) heterogeneidade interna relevante, com estados como Rio Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco situando-se em patamares mais elevados dentro da própria região. Ainda assim, mesmo com o avanço generalizado, os níveis de renda nordestinos permanecem abaixo da média nacional em 2025, preservando a distância em relação às regiões de maior rendimento

Examinando a Região Sudeste, ela apresenta, de forma consistente, os maiores níveis de rendimento ao longo de toda a série, ainda que com oscilações relevantes nos períodos de crise e posterior recuperação (Gráfico 4).



Entre 2012 e 2014 observa-se expansão generalizada. A recessão de 2015–2016 provoca retração mais visível no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, enquanto São Paulo apresenta queda mais moderada. Entre 2017 e 2019 há recomposição gradual, interrompida novamente em

2020–2021 com o choque da pandemia. A partir de 2022, entretanto, a recuperação é intensa e contínua, levando 2025 aos maiores valores da série em todos os estados.

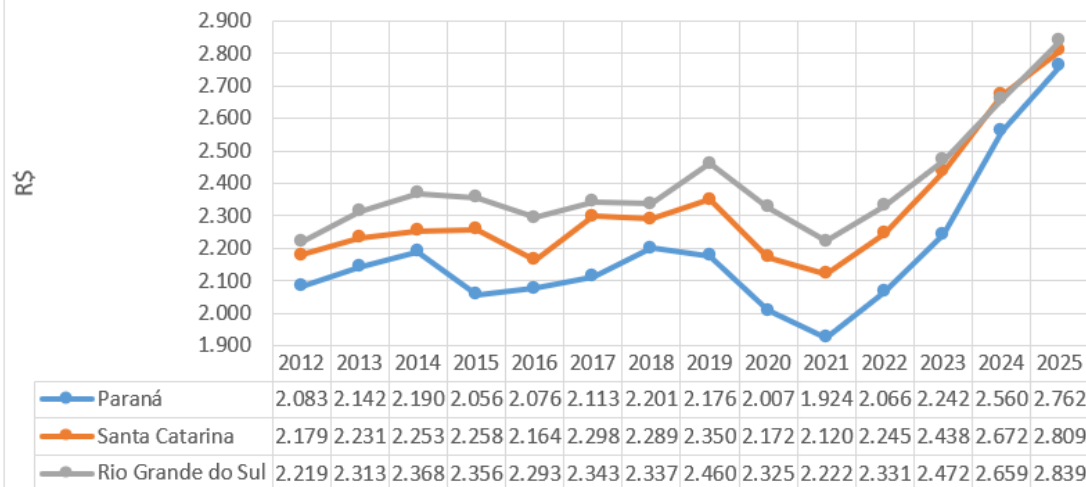
São Paulo mantém-se como o estado de maior rendimento absoluto da região durante todo o período, passando de R\$ 2.436 em 2012 para R\$ 2.956 em 2025, com forte aceleração após 2022. O Rio de Janeiro apresenta trajetória mais volátil: após queda relevante entre 2015 e 2017, recupera-se de forma consistente e atinge R\$ 2.794 em 2025.

Minas Gerais evolui de R\$ 1.727 para R\$ 2.353 no período, com recuos em 2016 e 2021, seguidos de expansão robusta no ciclo recente. O Espírito Santo segue padrão semelhante, passando de R\$ 1.762 para R\$ 2.249, também com queda durante a pandemia e recuperação expressiva posterior.

No conjunto, o Sudeste combina dois elementos relevantes: elevada base estrutural de renda e capacidade de recuperação relativamente rápida após choques adversos. Embora a região tenha sido fortemente impactada pela recessão de 2015–2016 e pela pandemia, o ciclo recente de expansão recompôs e ampliou os níveis anteriores, levando 2025 ao maior patamar da série em todos os estados. O comportamento sugere que, apesar da volatilidade conjuntural, a posição do Sudeste como principal polo de renda do país permanece consolidada, com diferenças internas moderadas, mas sem alteração significativa na liderança regional ao longo do período analisado.

O Gráfico 5 evidencia que a Região Sul mantém, ao longo de toda a série, rendimentos entre os mais elevados do país, com trajetórias relativamente próximas entre os três estados e forte aceleração no período pós-2022.

**Gráfico 5: Renda domiciliar média mensal**  
Região SUL



Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual ajustados pelo IPCA para o último ano. Elaboração própria.

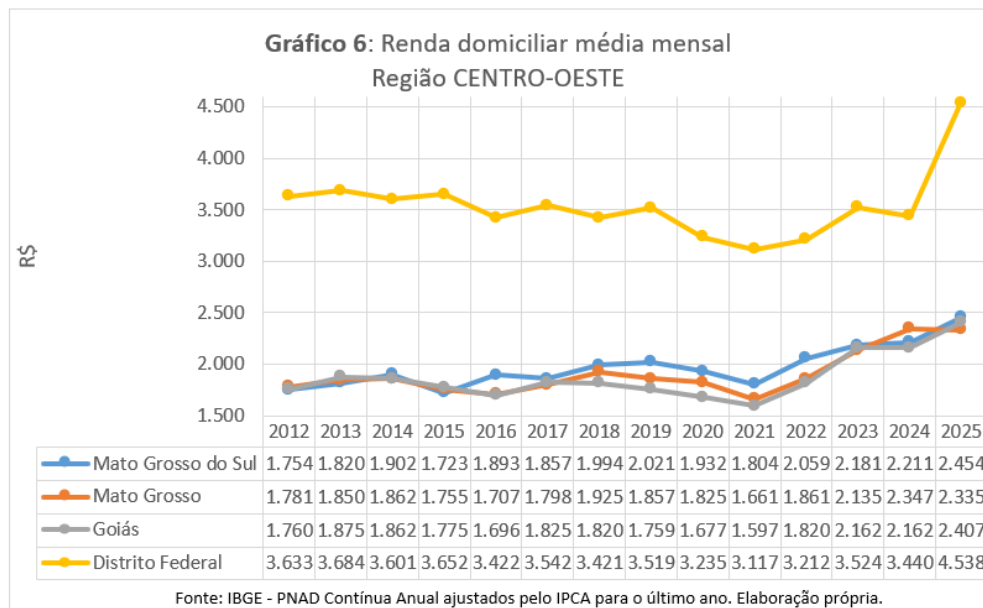
Entre 2012 e 2014 observa-se expansão consistente em Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A recessão de 2015–2016 produz retração mais visível no Paraná, enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam oscilações mais moderadas. No ciclo de recuperação até 2019 há recomposição gradual, interrompida novamente em 2020–2021, quando a pandemia provoca queda nos três estados, particularmente acentuada no Paraná.

A partir de 2022 verifica-se recuperação robusta e contínua. Santa Catarina passa de R\$ 2.179 em 2012 para R\$ 2.809 em 2025, mantendo trajetória relativamente estável e acelerando no triênio final. O Rio Grande do Sul evolui de R\$ 2.219 para R\$ 2.839, encerrando a série como o maior rendimento da região. O Paraná, que apresentou maior volatilidade nos momentos de crise, sai de R\$ 2.083 para R\$ 2.762, com crescimento expressivo nos dois últimos anos.

Olhando de forma agregada, a trajetória do Sul revela uma combinação de estabilidade relativa e forte reação no ciclo recente. Apesar das quedas observadas nos períodos recessivos, especialmente em 2015–2016 e em 2020–2021, a recuperação posterior foi suficientemente intensa para não apenas recompor as perdas, mas elevar os três estados aos maiores níveis da série em 2025. A região mantém, ao longo de todo o período, um padrão de renda elevado e relativamente homogêneo entre seus estados, consolidando sua posição entre os principais polos

de rendimento do país, sem mudanças expressivas na hierarquia interna ou nacional.

Por fim, a Região Centro-Oeste combina crescimento ao longo do período com elevada diferenciação interna, sobretudo pela presença do Distrito Federal, que mantém nível de renda significativamente superior aos demais estados (Gráfico 6).



Goiás apresenta trajetória de expansão relativamente contínua, ainda que com oscilações nos períodos de crise. Parte de R\$ 1.760 em 2012, sofre retração em 2015–2016 e nova queda em 2020–2021, mas registra recuperação consistente a partir de 2022, alcançando R\$ 2.407 em 2025 — o maior valor da série.

Mato Grosso segue padrão semelhante, com crescimento até 2014, retração no biênio recessivo, nova acomodação durante a pandemia e forte aceleração no período recente. O estado evolui de R\$ 1.781 em 2012 para R\$ 2.335 em 2025, com destaque para o avanço entre 2022 e 2024. Mato Grosso do Sul também apresenta volatilidade nos momentos de crise, especialmente em 2015 e 2021, mas encerra o período com expansão expressiva, passando de R\$ 1.754 para R\$ 2.454, o maior nível entre os três estados.

O Distrito Federal permanece como *outlier* positivo ao longo de toda a série. Após oscilações moderadas até 2021, registra forte elevação em

2025, atingindo R\$ 4.538, patamar muito acima dos demais estados da região e da média nacional.

A trajetória do Centro-Oeste ao longo do período evidencia um movimento combinado de oscilação conjuntural e expansão estrutural. Após as quedas observadas nos anos de recessão e durante a pandemia, os estados retomam crescimento consistente, com aceleração mais forte a partir de 2022, levando 2025 ao ponto mais elevado da série histórica. Paralelamente, permanece clara a diferença de patamar entre o Distrito Federal e os demais entes da região, configurando um padrão interno assimétrico que se mantém ao longo de toda a série.

A Tabela 2 complementa essa análise ao apresentar as taxas médias anuais de crescimento entre 2012 e 2025, permitindo avaliar o dinamismo relativo das unidades federativas no período. O crescimento médio nacional foi de 2,03% ao ano. O ranking evidencia diferenças relevantes de desempenho entre os estados.

O Tocantins lidera o crescimento médio, com 3,87% ao ano, seguido por Rio Grande do Norte (3,77%), Piauí (3,60%), Maranhão (3,34%) e Alagoas (3,34%). Destaca-se a presença majoritária de estados nordestinos entre as maiores taxas de expansão, além do Tocantins na Região Norte. Em seguida aparecem Paraíba (2,89%), Rondônia (2,77%), Mato Grosso do Sul (2,62%), Goiás (2,44%) e Amapá (2,44%), todos acima da média nacional. Minas Gerais (2,41%) e Rio de Janeiro (2,31%) também superam o crescimento do país, enquanto Paraná (2,19%), Sergipe (2,16%), Mato Grosso (2,11%) e Ceará (2,09%) situam-se ligeiramente acima da média.

Próximos à média nacional estão Pernambuco (2,01%), Santa Catarina (1,97%), Rio Grande do Sul (1,91%) e Espírito Santo (1,89%). Abaixo da média encontram-se Pará (1,81%), Distrito Federal (1,73%), Bahia (1,66%) e São Paulo (1,50%). Na base do ranking aparecem Roraima (1,13%), Acre (1,06%) e Amazonas (0,93%), com as menores taxas médias do período.

Tabela 2: Taxas de crescimento médias (2012-2025)

Estados	Crescimento médio do período
Tocantins	3,87%
Rio Grande do Norte	3,77%
Piauí	3,60%
Maranhão	3,34%
Alagoas	3,34%
Paraíba	2,89%
Rondônia	2,77%
Mato Grosso do Sul	2,62%
Goiás	2,44%
Amapá	2,44%
Minas Gerais	2,41%
Rio de Janeiro	2,31%
Paraná	2,19%
Sergipe	2,16%
Mato Grosso	2,11%
Ceará	2,09%
<b>Brasil</b>	<b>2,03%</b>
Pernambuco	2,01%
Santa Catarina	1,97%
Rio Grande do Sul	1,91%
Espírito Santo	1,89%
Pará	1,81%
Distrito Federal	1,73%
Bahia	1,66%
São Paulo	1,50%
Roraima	1,13%
Acre	1,06%
Amazonas	0,93%

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual ajustados pelo IPCA para o último ano.  
Cálculo e elaboração própria.

A leitura conjunta das Tabelas 1 e 2 indica um padrão claro: diversos estados que apresentavam níveis mais baixos de renda em 2012, especialmente no Nordeste e em parte do Norte, registraram taxas médias de crescimento superior à média nacional ao longo do período. Tocantins, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Alagoas figuram entre os maiores crescimentos acumulados, enquanto unidades tradicionalmente posicionadas no topo da distribuição, como São Paulo, Distrito Federal e estados do Sul, exibiram ritmos médios mais moderados. Ainda assim, o diferencial inicial de renda era suficientemente amplo para que, mesmo com maior dinamismo relativo, os estados de menor patamar não alterassem de forma substantiva a distância em relação aos líderes.

Em termos agregados, o intervalo 2012–2025 caracteriza-se por expansão real disseminada da renda domiciliar per capita, interrompida apenas nos momentos de crise e seguida de forte recomposição recente.

O crescimento ocorreu em todas as unidades da federação, porém com intensidades distintas. O resultado combinado de níveis e taxas sugere maior dinamismo relativo em parte dos estados de renda inicial mais baixa, mas manutenção, ao final do período, de uma estrutura de renda estadual bastante semelhante à observada no início da série.

### **3. As Mudanças de Posições (2012–2025)**

A Tabela 3 apresenta a evolução anual do ranking estadual do rendimento domiciliar per capita entre 2012 e 2025, permitindo observar de forma direta as mudanças, ou permanências, nas posições relativas ao longo do período. O padrão mais evidente é a elevada estabilidade nos extremos da distribuição.

No topo, o Distrito Federal ocupa a primeira posição em todos os anos da série, preservando ampla vantagem em relação às demais unidades federativas. São Paulo mantém-se consistentemente na segunda colocação ao longo de todo o período. Em seguida, os estados do Sul, especialmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, alternam posições entre as primeiras colocações, mas sem alterações substantivas na estrutura do topo da hierarquia.

Na base do ranking, a estabilidade é igualmente marcante. O Maranhão permanece na 27<sup>a</sup> posição em todos os anos observados, mesmo tendo registrado crescimento médio relevante no período. Essa persistência indica que, embora haja expansão da renda em termos absolutos, as posições relativas nos extremos da distribuição mostram baixa mobilidade ao longo da série analisada.

Tabela 3: Ranking por rendimento mensal real domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Rondônia	13º	13º	15º	14º	14º	13º	13º	12º	12º	15º	13º	13º	13º	13º
Acre	19º	19º	22º	20º	21º	23º	17º	21º	19º	18º	22º	26º	24º	25º
Amazonas	14º	17º	18º	21º	24º	19º	25º	23º	25º	25º	25º	21º	25º	21º
Roraima	12º	12º	12º	12º	12º	12º	12º	13º	17º	14º	14º	15º	15º	14º
Pará	21º	23º	24º	25º	25º	25º	20º	25º	21º	24º	20º	19º	22º	24º
Amapá	17º	14º	17º	13º	16º	15º	21º	22º	23º	22º	16º	14º	16º	16º
Tocantins	16º	18º	14º	16º	17º	14º	14º	14º	14º	13º	12º	12º	12º	12º
Maranhão	27º	27º	27º	27º	27º	27º	27º	27º	27º	27º	27º	27º	27º	27º
Piauí	25º	22º	23º	23º	23º	24º	24º	24º	24º	20º	18º	17º	20º	19º
Ceará	24º	24º	25º	24º	22º	22º	21º	18º	16º	17º	21º	22º	26º	26º
Rio Grande do Norte	21º	20º	20º	17º	13º	18º	15º	15º	13º	12º	15º	16º	14º	15º
Paraíba	23º	25º	21º	19º	19º	16º	18º	20º	22º	19º	19º	18º	19º	20º
Pernambuco	18º	15º	13º	15º	18º	20º	19º	17º	20º	23º	24º	25º	18º	18º
Alagoas	26º	26º	26º	26º	26º	26º	26º	26º	26º	26º	26º	24º	23º	23º
Sergipe	15º	16º	16º	18º	15º	21º	16º	16º	15º	16º	17º	20º	17º	16º
Bahia	20º	21º	19º	22º	20º	17º	23º	19º	18º	21º	23º	23º	21º	22º
Minas Gerais	11º	11º	9º	7º	9º	10º	11º	10º	10º	9º	11º	11º	11º	9º
Espírito Santo	8º	10º	8º	8º	8º	11º	10º	8º	9º	10º	8º	10º	9º	11º
Rio de Janeiro	6º	6º	6º	5º	5º	6º	4º	4º	4º	5º	5º	3º	6º	5º
São Paulo	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º
Paraná	5º	5º	5º	6º	6º	5º	6º	6º	6º	6º	6º	6º	5º	6º
Santa Catarina	4º	4º	4º	4º	4º	4º	5º	5º	5º	4º	4º	5º	3º	4º
Rio Grande do Sul	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	4º	4º	3º
Mato Grosso do Sul	10º	9º	7º	11º	7º	7º	7º	7º	7º	7º	7º	7º	8º	7º
Mato Grosso	7º	8º	10º	10º	10º	9º	8º	9º	8º	8º	9º	9º	7º	10º
Goiás	9º	7º	10º	9º	11º	8º	9º	11º	11º	11º	10º	8º	10º	8º
Distrito Federal	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual ajustados pelo IPCA para o último ano.

A permanência dessas posições reflete diferenças estruturais consolidadas ao longo do tempo. No caso do Distrito Federal, o peso elevado do setor público e de ocupações de maior qualificação contribui para sustentar um patamar de renda significativamente acima do restante do país. São Paulo, por sua escala econômica, diversificação produtiva e maior formalização do mercado de trabalho, mantém de forma contínua a segunda colocação. Já os estados do Sul — em especial Rio Grande do Sul e Santa Catarina — permanecem de forma recorrente entre as primeiras posições, sustentados por uma base produtiva diversificada e indicadores socioeconômicos historicamente superiores à média nacional.

Na extremidade inferior, o padrão também é marcado por persistência. O Maranhão ocupa a última posição em todos os anos da série, apesar do crescimento observado no período. O caso evidencia que avanços em termos absolutos não são suficientes, por si só, para alterar posições quando as distâncias iniciais são amplas. O Piauí, por exemplo, registra melhora relevante ao longo da década, ganhando posições no ranking, mas permanece situado na parte inferior da distribuição. Assim, as mudanças existem, porém ocorrem dentro de uma estrutura hierárquica que se mostra relativamente estável ao longo do tempo

Para aprofundar a análise da mobilidade relativa, as Tabelas 4 e 5 e os Gráficos 7 e 8 destacam exclusivamente os estados que registraram alteração de posição no ranking entre 2012 e 2025. O foco aqui não está nos níveis absolutos, mas na variação efetiva das colocações ao longo do período.

Conforme a Tabela 4, os maiores avanços são observados em Piauí e Rio Grande do Norte, ambos com ganho de seis posições no ranking. No caso do Rio Grande do Norte, esse movimento é coerente com sua elevada taxa média de crescimento no período, sugerindo que o dinamismo da renda foi suficiente para produzir alteração concreta na posição relativa. O Piauí também apresenta trajetória consistente de ascensão, especialmente no ciclo mais recente.

O Tocantins registra ganho de quatro posições, reforçando a evidência de que parte do Norte e do Nordeste apresentou desempenho relativamente mais favorável ao longo da década. Outros estados, como Paraíba, Alagoas e Mato Grosso do Sul, avançaram três posições, enquanto Minas Gerais, Amapá, Rio de Janeiro e Goiás registraram ganhos mais modestos, de uma a duas posições.

Tabela 4: Estados que ganharam posição no Ranking

Estado	Colocação em 2012	Colocação em 2025	Ganho/perda de posições
Piauí	25	19	6
Rio Grande do Norte	21	15	6
Tocantins	16	12	4
Paraíba	23	20	3
Alagoas	26	23	3
Mato Grosso do Sul	10	7	3
Minas Gerais	11	9	2
Amapá	17	16	1
Rio de Janeiro	6	5	1
Goiás	9	8	1

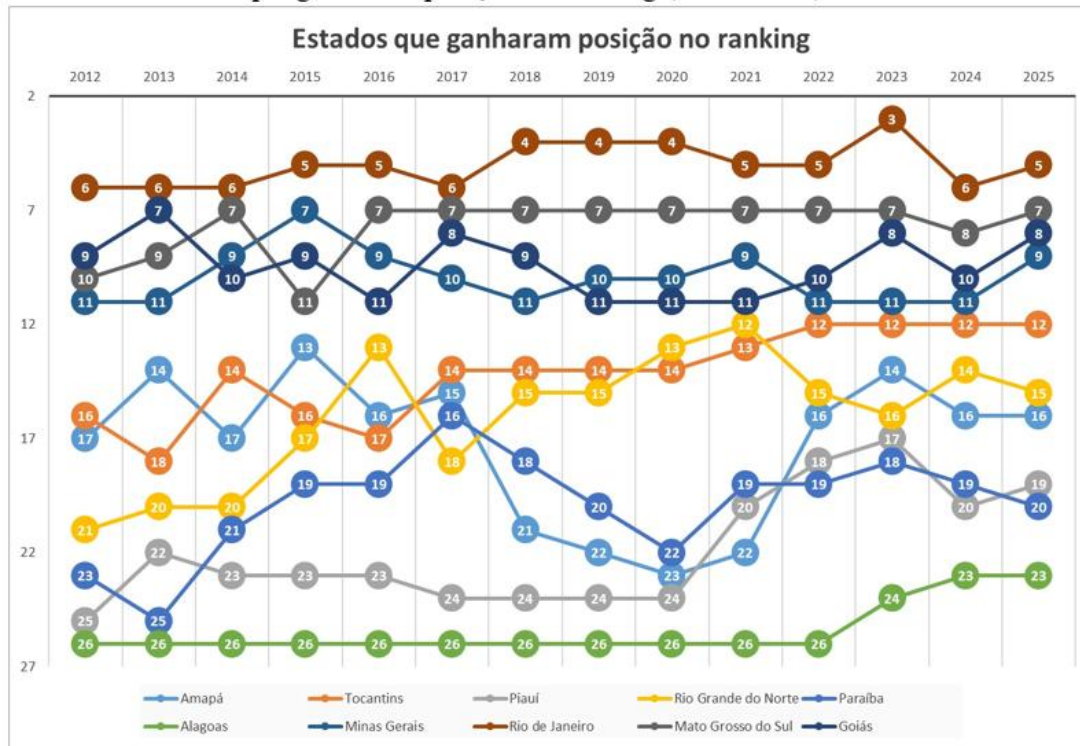
Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual ajustados pelo IPCA para o último ano.

Elaboração própria.

O Gráfico 7 permite visualizar a trajetória dessas mudanças ano a ano, evidenciando que, na maioria dos casos, os ganhos não ocorreram de forma abrupta, mas resultaram de movimentos graduais ao longo da série, com maior intensidade no período pós-2022. Esses resultados indicam que a mobilidade existe, porém, concentrada em um grupo

específico de estados e predominantemente no segmento intermediário da distribuição.

Gráfico 7: Estados que ganharam posição no ranking (2012–2025)



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua Anual (IBGE), valores ajustados pelo IPCA.

Alagoas e Paraíba avançam três posições cada, enquanto Mato Grosso do Sul também ganha três colocações. Minas Gerais, Amapá, Rio de Janeiro e Goiás registram ganhos mais modestos, de uma a duas posições. No caso fluminense, a recuperação pós-2021 foi decisiva para evitar perda adicional de posição, especialmente após anos de forte deterioração fiscal e recessão regional.

Por outro lado, a Tabela 5 e o Gráfico 8 evidenciam que a mobilidade no período também envolveu perdas de posição. Amazonas e Acre registram as quedas mais expressivas, com recuo de sete e seis posições, respectivamente. Esses movimentos indicam que, embora tenha havido expansão da renda em termos absolutos, o ritmo de crescimento foi inferior ao de outras unidades federativas, resultando em perda relativa no ranking. Pará, Espírito Santo e Mato Grosso também recuam três posições, enquanto Roraima, Ceará e Bahia perdem duas. Sergipe e Paraná apresentam queda mais moderada, de uma posição.

Tabela 5: Estados que perderam posição no Ranking

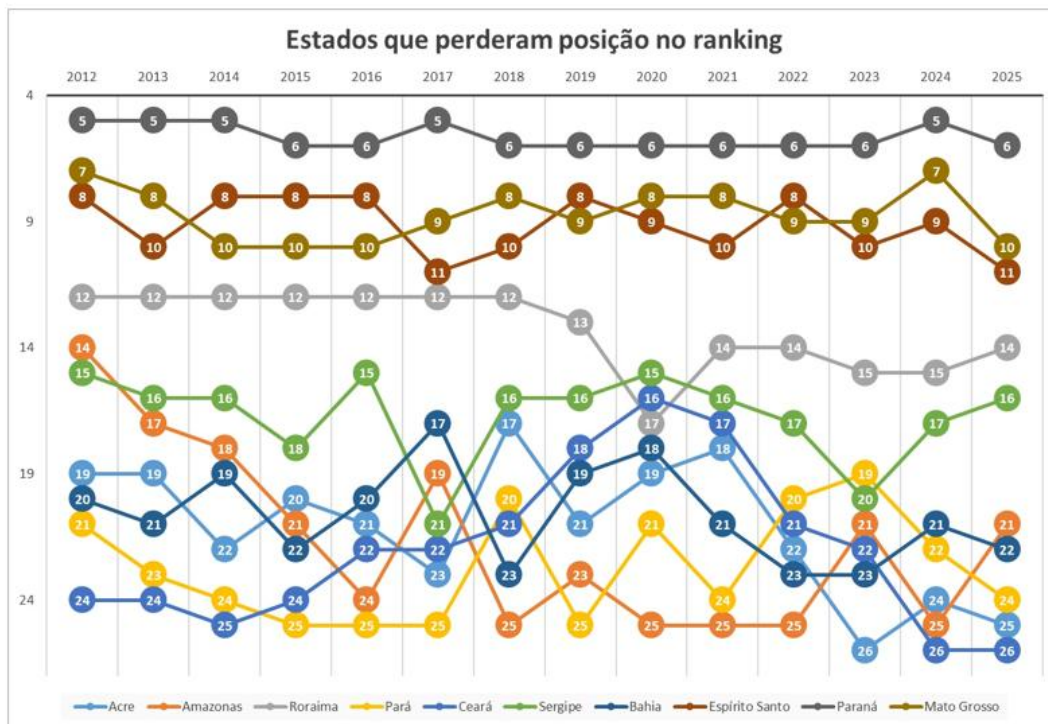
Estado	Colocação em 2012	Colocação em 2025	Ganho/perda de posições
Amazonas	14	21	-7
Acre	19	25	-6
Pará	21	24	-3
Espírito Santo	8	11	-3
Mato Grosso	7	10	-3
Roraima	12	14	-2
Ceará	24	26	-2
Bahia	20	22	-2
Sergipe	15	16	-1
Paraná	5	6	-1

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual ajustados pelo IPCA para o último ano.

Elaboração própria.

As perdas concentram-se, em grande medida, na Região Norte, sugerindo que a recuperação observada no período recente não foi homogênea entre as unidades federativas. Estados com maior exposição a atividades específicas ou com menor diversificação produtiva tendem a apresentar maior sensibilidade às oscilações do ciclo econômico, o que pode afetar sua posição relativa ao longo do tempo. O caso do Amazonas ilustra essa dinâmica: mesmo contando com a Zona Franca de Manaus, a dependência de determinados segmentos industriais e a volatilidade associada a esses setores podem ter limitado sua capacidade de sustentar a posição no ranking frente ao maior dinamismo de outras economias estaduais.

Gráfico 8: Estados que perderam posição no ranking



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua Anual (IBGE), valores ajustados pelo IPCA.

Por fim, a Tabela 6 evidencia de forma direta a presença de forte estabilidade nas posições relativas ao longo do período. Rondônia, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal mantiveram exatamente a colocação entre 2012 e 2025. Trata-se de um conjunto heterogêneo, que inclui tanto estados situados no topo da distribuição quanto unidades localizadas na base ou em posições intermediárias, indicando que a permanência no ranking não está associada apenas ao nível de renda, mas à consolidação de trajetórias estruturais.

Tabela 6: Estados que mantiveram posição no Ranking

Estado	Colocação em 2012	Colocação em 2025	Varição da colocação
Rondônia	13	13	-
Maranhão	27	27	-
Pernambuco	18	18	-
São Paulo	2	2	-
Santa Catarina	4	4	-
Rio Grande do Sul	3	3	-
Distrito Federal	1	1	-

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual ajustados pelo IPCA para o último ano. Elaboração própria.

Essa estabilidade reforça a ideia de que a hierarquia federativa da renda apresenta elevada persistência. Mesmo diante de choques relevantes e de uma recomposição expressiva no período pós-2022, a ordenação relativa entre diversos estados permaneceu inalterada ao longo de 13 anos. As mudanças observadas concentraram-se em um grupo específico de unidades, enquanto outra parcela significativa manteve posições consolidadas.

Sob a ótica regional, o padrão geral indica maior mobilidade em parte do Nordeste, perdas relativas mais frequentes no Norte e estabilidade predominante no Sul e no Sudeste, onde os estados preservam posições elevadas. O Centro-Oeste apresenta comportamento intermediário, com oscilações limitadas e manutenção de sua configuração interna. Em conjunto, os resultados sugerem que o crescimento recente elevou os níveis absolutos de renda, mas produziu alterações apenas pontuais na estrutura relativa entre as unidades da federação.

Em síntese, as evidências apontam três conclusões centrais. Primeiro, observa-se elevada estabilidade nos extremos do ranking, o que revela a persistência das disparidades regionais ao longo do tempo. Segundo, há mobilidade relevante no segmento intermediário da distribuição, com destaque para estados do Nordeste que registraram crescimento acima da média nacional e conseguiram avançar posições. Terceiro, o crescimento da renda, por si só, não garante mudança de colocação quando as diferenças iniciais são amplas e historicamente consolidadas.

Desse modo, ainda que o período recente tenha produzido ganhos absolutos expressivos e alguma mobilidade relativa, a estrutura hierárquica da renda domiciliar per capita entre os estados permanece, em grande medida, preservada. Alterar esse padrão requer mais do que ciclos favoráveis de expansão: exige transformação estrutural sustentada, com elevação persistente da produtividade, diversificação das bases produtivas e avanço consistente na qualificação do capital humano. Somente com esses elementos será possível converter crescimento em mudança duradoura na posição relativa dos estados no ranking nacional.

#### 4. Considerações Finais

A evolução do rendimento mensal real domiciliar per capita entre 2012 e 2025 revela uma dinâmica regional marcada por choques macroeconômicos relevantes, recessão, crise fiscal e pandemia, seguidos de forte recomposição a partir de 2022. O país encerra o período no maior nível histórico de renda média. Contudo, a análise das posições relativas entre os estados mostra que o avanço agregado convive com elevada persistência na hierarquia federativa.

Observa-se estabilidade significativa nos extremos da distribuição. O Distrito Federal mantém liderança isolada, São Paulo e os estados do Sul preservam posições elevadas, enquanto o Maranhão permanece na última colocação, mesmo com crescimento expressivo. Isso indica que o nível inicial de renda continua sendo fator decisivo para a posição relativa ao longo do tempo.

Há, contudo, mobilidade relevante no segmento intermediário. Estados como Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins apresentaram crescimento acima da média nacional e ganharam posições no ranking. Ainda assim, essas mudanças ocorreram principalmente dentro do miolo da distribuição, sem reconfiguração estrutural ampla.

Os resultados também evidenciam que crescimento elevado não garante, por si só, mudança de posição. Estados de renda mais baixa cresceram mais rápido, mas a distância acumulada ao longo do tempo limita a velocidade de reordenamento. Da mesma forma, estados de renda elevada puderam manter posições mesmo com expansão abaixo da média.

Do ponto de vista regional, o Nordeste concentrou parte importante do dinamismo recente, o Centro-Oeste apresentou trajetória consistente e o Sul e o Sudeste preservaram sua superioridade estrutural. A recomposição pós-2022 elevou todas as unidades federativas a novos patamares, mas sem alterar de forma profunda o desenho da hierarquia nacional.

Para o desenho de políticas públicas, as evidências sugerem que ciclos favoráveis de crescimento são condição necessária, mas não suficiente,

para reduzir desigualdades regionais. Estratégias eficazes precisam atuar sobre determinantes estruturais da renda: aumento sustentado da produtividade, diversificação econômica, qualificação da força de trabalho, fortalecimento institucional e melhoria do ambiente de negócios. Políticas de desenvolvimento regional devem combinar investimentos em capital humano, infraestrutura e inovação com mecanismos que ampliem a capacidade de geração de empregos de maior qualidade.

***As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo necessariamente a opinião institucional da FGV.***